

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho		
Autor: Dep. José Carlos Junqueira de Araújo		

Adita inciso ao art. 6º do Projeto de Lei nº 382/2016, Mensagem nº 58/2016, Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, o qual passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º (...).

V - Fica o Poder Executivo obrigado, em caso de excesso de arrecadação, a proceder à abertura de crédito adicional à conta do Tesouro no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o montante orçamentário superveniente para área da saúde, excluído deste cálculo o percentual constitucional previamente destinado ao Fundo Estadual de Saúde (FES).

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 20 de Dezembro de 2016

José Carlos Junqueira de Araújo
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A presente emenda ao texto da LOA 2017 tem por finalidade ampliar a destinação de recursos financeiros para o Sistema Único de Saúde (SUS) em Mato Grosso e se justifica diante de um cenário de expressivo risco aos residentes desta unidade federativa.

Isso por ser de conhecimento público e notório o caos no sistema de saúde público em nosso Estado cumulado com o crescente número populacional e de endemias.

Não custa rememorar que somente no ano de 2015 a taxa de mortalidade infantil em Mato Grosso foi de, aproximadamente, 14 (quatorze) óbitos por um mil nascidos vivos, sendo que a taxa de mortalidade em menores de cinco anos alcançou dezessete óbitos por mil nascidos vivos[1].

A mortalidade materna no mesmo ano atingiu setenta óbitos por cem mil nascidos vivos[2]. Os riscos de adoecer e de morrer não se restringem aos primeiros anos de vida, estendendo às faixas etárias economicamente ativas e aos indivíduos com idade acima de sessenta anos.

Como se vê, os números são alarmantes.

Não bastasse isso, observa-se em nosso Estado situações de total carência e desequilíbrio na disponibilidade de leitos hospitalares entre as várias regiões.

A carência de leitos hospitalares aponta para a necessidade urgente de planejamento e investimento de curto, médio e longo prazo em toda a rede de atenção à saúde.

Tudo isso, como bem se sabe, demanda recursos, sendo esta, pois a razão desta emenda, sobretudo se considerarmos a insuficiência da dotação orçamentaria originária afeta a área da saúde para o acalento das necessidades de saúde mais básicas do cidadão.

[1] MINISTÉRIO DA SAÚDE. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

[2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 20 de Dezembro de 2016

José Carlos Junqueira de Araújo
Deputado Estadual